

CEDI Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 23 A 28 DE FEVEREIRO DE 1983
Nº 210 - CIRCULAÇÃO INTERNA

Aconteceu



Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Carlos Cunha
Carlos Rodrigues Brandão
Heloísa Martins
Jether Ramalho
Letícia Cotrim
Neide Esterci
Paulo Ayres Matos
Paulo Cezar Botas
Rubem T. de Almeida
Zwinglio Mota Dias

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos
Tel.: 205-5197
22241 Rio de Janeiro RJ

Av. Higienópolis 983
Tel.: 66-7273
01238 São Paulo SP

Assinatura anual: Cr\$ 500,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 2.000,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16.082
22221 Rio de Janeiro RJ

Editor do Aconteceu
Rubem T. de Almeida

TRABALHADORES URBANOS

MENORES FAZEM GREVE EM UBERABA POR 13º E DENUNCIAM MAUS-TRATOS

Vinte e oito menores de 13 a 18 anos, trabalhadores da 'Agromec' ~~emp~~preiteira contratada pelo grupo da 'Reflorestadora Triflora' entraram em greve na última segunda-feira, após apresentarem queixa à Delegacia Regional do Ministério do Trabalho contra a empresa que ainda não pagou o 13º salário. Os menores procuraram a imprensa e apresentaram também denúncias de maus-tratos por parte de alguns funcionários da empreiteira. Trabalhando na extração do óleo de eucalipto, no município de Uberaba (MG), os menores, todos registrados, afirmam que todos os dias vinham cobrando o 13º da empresa, mas em troca recebiam "tapas e pescoções". A Comissão dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Uberaba garantiu apoio aos menores e se prontificou a procurar os pais para iniciarem uma ação, na área trabalhista. (FSP - 23/2/83)

PMS PRENDEM OPERÁRIOS DA COFERRAZ EM PEDÁGIO

O pedágio arrecadador que os operários da Siderúrgica Coferraz S/A fazem em vários pontos do ABC e Capital, visando a arrecadar fundos para sua subsistência, pois estão há quase um ano sem receber salários, foi proibido ontem por PMS, que detiveram quatro deles na Vila Prudente (SP), sendo encaminhados inicialmente para o 17º DP e depois para o Deops. João Lins Pereira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, mostrou-se surpreso e revoltado com a atitude dos policiais militares e as palavras proferidas pelo delegado do 17º DP aos trabalhadores. "Os primeiros, por terem preso os operários como se fossem vagabundos, e o delegado, por dizer que na sua área não quer ninguém pedindo esmolas". Adiantou ainda que hoje "toda a comissão dos empregados da Coferraz vai voltar ao mesmo local e continuar a campanha", apesar das advertências feitas pelo delegado do Deops. (FSP - 23/2/83)

METALÚRGICOS ACHAM QUE O ÍNDICE FICARÁ IRREAL

A maxidesvalorização deverá ter efeitos diretos sobre os salários, caso se concretize a intenção das autoridades econômicas brasileiras de desvincular do cálculo do INPC a elevação de preços de determinados produtos. Nesse caso, o índice oficial passa a ser irreal e distante da verdade do custo de vida. Esta foi a conclusão a que chegaram os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, durante debate realizado naquela entidade, coordenado por técnicos do Dieese - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos. De acordo com os diretores do sindicato, a maxidesvalorização vem apenas confirmar a proposta do governo de promover nova contenção nos salários, "e a forma como vêm sendo impostas as medidas na área econômica revelam não a incapacidade das autoridades, mas sim um compromisso com interesses estrangeiros". (ESP - 23/2/83)

ASSOCIAÇÃO DOS DESEMPREGADOS

Vários sindicatos de trabalhadores, associações de bairros, Partido dos Trabalhadores e ainda a Pastoral Operária da diocese de Joinville decidiram criar a Associação dos Desempregados, para tentar auxiliar os mais de dez mil operários, a maioria do setor metalúrgico, que perderam empregos nos últimos meses naquele município. A associação pretende criar um Fundo Desemprego e ainda cooperativas de alimentos nos diversos bairros de Joinville, para permitir que os desempregados comprem a preços de custo. (ESP - 23/2/83)

SERVIDORES EXIGIRÃO MAIS 70%

Os servidores públicos do Distrito Federal vão pressionar os deputados e senadores, da situação e da oposição, contra a aprovação do decreto-lei que altera a lei salarial, se o governo não conceder um aumento de 70% para a categoria em maio, em vez da segunda parcela de 30% prevista para junho. Eles pretendem, também, distribuir panfletos e realizar assembleias-relâmpago na Esplanada dos Ministérios, com o objetivo de forçar a abertura de negociações. (ESP - 23/2/83)

METALÚRGICOS QUEREM ADICIONAL SOBRE INPC

Somente para repor a perda do poder aquisitivo dos salários e não considerando aumento real, os trabalhadores metalúrgicos de 32 cidades do Interior paulista, que deverão ter seu contrato coletivo de trabalho renovado em 1º de abril, decidiram reivindicar 15,7% além do INPC do mês. Ontem os presidentes dos 32 sindicatos da categoria estiveram reunidos na sede da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo e aprovaram a pauta de reivindicações, composta por cerca de 60 itens, que até 1º de março deverá ser encaminhada aos empresários do Grupo 14 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. De acordo com o presidente da Federação dos Metalúrgicos, Argeu Egydio dos Santos, além da pretensão de 15,7%, os trabalhadores reivindicam a manutenção do adicional de 10% do INPC para os reajustes salariais daqueles que percebem entre um e três salários mínimos, eliminados pelo decreto-lei que alterou a política salarial. Argeu acrescentou que muitos dos 60 itens pleiteados dizem respeito a benefícios indiretos e questões sociais, que podem ser concedidos pelas empresas sem onerá-las, melhorando as condições de trabalho dos metalúrgicos. (ESP - 24/2/83)

SINDICATOS REUNIDOS NO RIO PROPÕEM UMA GREVE GERAL

Ao término de uma reunião de dois dias, no Rio, dirigentes de 14 sindicatos da indústria petrolífera, que representam 60 mil trabalhadores, propuseram ontem trabalhar junto às suas bases para que apoiem a proposta de uma greve geral de 40 milhões de trabalhadores contra a política econômica do governo, que estimula, segundo acentuaram, o arrocho salarial desde 1964. Decidiram, ainda, reativar a campanha do "petróleo é nosso", pela manutenção do monopólio estatal do setor. Jacob Bittar, presidente do sindicato de Campinas, e Pedro Gomes Sampaio, vice-presidente do Sindicato de Cuba tão explicaram que a maxidesvalorização do cruzeiro agravou a discussão sobre a greve geral - que já vem sendo debatida há mais de um ano, em todos os sindicatos - porque vai acelerar a inflação, prejudicando os trabalhadores, não sendo medida econômica, mas política. "Foi imposta para acelerar o processo de desnacionalização da economia brasileira e, também, para concentrar, ainda mais, a já concentrada renda nacional", afirmaram em documento oficial da reunião. A greve geral envolveria, inclusive, todos os trabalhadores da Petrobrás e será discutida nos dias 26 e 27 do próximo mês, no 1º Congresso dos Trabalhadores do Petróleo e Petroquímica em Santos. (ESP - 24/2/83)

SINDICALISTAS DENUNCIAM DEMISSÕES

A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Rádio-difusão e Televisão no Estado de São Paulo encaminhou ontem à imprensa um documento de protesto contra as ameaças de dispensa em massa na RTC - Rádio e Televisão Cultura, da Fundação Padre Anchieta. A diretoria relata que, durante o governo Maluf, a TV Cultura foi "transformada em um gigantesco cabide de empregos para os apaniguados dos ocupantes do Palácio dos Bandeirantes" e enumera uma série de irregularidades trabalhistas praticadas na emissora, assunto tratado recentemente na Delegacia Regional do Trabalho entre o sindicato e representantes da empresa. Ainda segundo o documento, embora os representantes da Cultura tenham negado na DRT a existência de irregularidades, a diretoria do sindicato conseguiu audiência com o presidente da entidade. (ESP - 24/2/83)

PROTESTO DOS DIRIGENTES SINDICAIS

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, defendeu ontem a saída dos ministros do Planejamento e da Fazenda do governo e a reorientação do programa econômico brasileiro, como forma de "evitar uma recessão ainda maior no País, com graves conseqüências sociais". O pronunciamento foi feito durante reunião de aproximadamente 700 dirigentes sindicais (representantes de 180 sindicatos, 22 associações profissionais e 12 federações de trabalhadores de todo o Estado de São Paulo), para avaliar a campanha do movimento sindical paulista contra a alteração na lei salarial e contra a maxidesvalorização do cruzeiro. Após o encontro, os dirigentes saíram em passeata pelas ruas centrais da cidade, em direção à praça da Sé, onde realizaram concentração e ato público de protesto. Já o presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo, Hugo Peres, durante o ato público, que contou com a presença de aproximadamente mil pessoas, defendeu a necessidade de serem revogadas as medidas recessivas e de se congelar a dívida externa, como forma de garantir a tranquilidade social da Nação. Peres disse, ainda, ser preciso que os parlamentares rejeitem o decreto-lei que alterou a política salarial, de maneira a evitar a estagnação do mercado interno, responsável pela sobrevivência da maioria das pequenas e médias empresas. (ESP - 24/2/83)

AMEAÇA A SIDERÚRGICAS MOBILIZA OS SINDICATOS

Representantes da maioria dos Sindicatos dos Metalúrgicos do País, ligados à siderurgia, estiveram reunidos ontem em São Paulo, para discutir a recente ameaça do ministro da Indústria e do Comércio, de cortar o orçamento das empresas estatais em 45%. Segundo eles, a diminuição dos recursos do setor levaria ao fechamento de grande parte das siderúrgicas, com o conseqüente desemprego de 100 mil trabalhadores metalúrgicos no País. Os sindicalistas decidiram neste sentido, fazer um plano de ação conjunta. Foi criado um grupo de dirigentes sindicais de diversos Estados que vão reivindicar entrevistas com o presidente da Siderbrás, com o ministro do Trabalho e com o próprio ministro da Indústria e Comércio. Além disso, os sindicalistas decidiram "mobilizar toda a sociedade civil, inclusive os políticos, para exigir deles um posicionamento sobre o problema". (FSP - 25/2/83)

MENOR JORNADA COM MESMO SALÁRIO

Numa atitude inédita, a Sarco - indústria de equipamentos para redes de distribuição de vapor e ar comprimido destinados a conservação de energia - reduziu a jornada de trabalho, mas vai continuar pagando o mesmo salário aos seus 270 empregados. O acordo foi formalizado ontem com o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco na Delegacia Regional do Trabalho. A empresa espera, com isso, um aumento de produtividade e a manutenção de sua produção. A proposta foi uma iniciativa da empresa, afirmou o gerente administrativo e financeiro da Sarco. (FSP - 25/2/83)

CONCENTRAÇÃO SINDICAL EM BRASÍLIA

Representantes das federações de metalúrgicos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais estiveram reunidos ontem, na sede da entidade paulista, sob a coordenação do Departamento Profissional Metalúrgico, órgão da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria a fim de avaliar a campanha contra a alteração da lei salarial levada a cabo nos Estados e discutir a ida de sindicalistas à Brasília, no próximo dia 2, com o objetivo de manter contatos com os parlamentares. (ESP - 25/2/83)

CAIO FECHA PRODUÇÃO EM SÃO PAULO

A empresa CAIO - Companhia Americana Industrial de Ônibus acabou ontem com toda a sua linha de produção de carrocerias de ônibus, em São Paulo, e demitiu todos os seus 450 operários. O diretor administrativo da CAIO, atribuiu as emissões à crise (falta de

encomendas) que o setor vem enfrentando há mais de um ano; a uma enchente que destruiu todas as máquinas e equipamentos; e à decisão dos operários de permanecerem em greve. A empresa possui mais duas unidades de produção em Botucatu (500 empregados) e em Recife (270 empregados). Os operários da CAIO entraram em greve no último dia 4, alegando que havia ameaça de demissões. A greve foi declarada ilegal no Tribunal Regional do Trabalho, no dia 8, por 19 votos a 4. Os trabalhadores continuaram parados e, no dia 11, entraram em férias coletivas. Ontem, quando os operários voltaram à empresa, encontraram os portões fechados e um comunicado da CAIO informando que a daniificação de equipamentos não permitia a volta ao trabalho a curto prazo. O comunicado pedia que os funcionários comparecessem ao Departamento de Relações Industriais para receber os salários, indenização e todos os direitos. Segundo o Balanço Anual de 1982 - publicação da Gazeta Mercanti - a Caio ocupa o segundo lugar entre as empresas de carroçarias de ônibus, tendo em 1981 um lucro líquido de Cr\$ 450 milhões 300 mil. O faturamento foi de Cr\$ 6 bilhões. O diretor administrativo informou que a estimativa para 1982 é de um faturamento de Cr\$ 7 bilhões 500 milhões. (JB - 25/2/83)

TRABALHADORES RURAIS

A VIOLÊNCIA É MAIOR, DIZ CPT

A Comissão Pastoral da Terra divulgou relatório informando que aumentaram os casos de violência, em consequência de disputas pela posse da terra, em seis dioceses do Pará, Mato Grosso e Goiás durante o ano de 1982, com a ocorrência de dez mortos, 26 feridos e espancados e 13.860 famílias ameaçadas de despejo. "Estes números - afirma a CPT - demonstram a persistência da violência no campo, onde as autoridades se fazem coniventes com grileiros, pistoleiros, à revelia da própria lei." A CPT acentua que os problemas que ocorrem nessa região "são resultados naturais da política econômica do governo, forçando a concentração da terra a qualquer custo, para realizar seus projetos faraônicos", citando entre eles o Projeto Carajás, o Prodecer e outros. A ação da Polícia Federal em áreas como Taboca, Tamboril e Centro dos Borges, em Goiás, segundo a CPT, tem causado um clima de tensão e insegurança na área, pois as famílias estão ameaçadas de morte pela polícia e jagunços. "Cabe ressaltar - afirma a CPT - que estas famílias estão naquelas áreas desde 1918. (ESP - 25/2/83)

ÍNDIOS

ÍNDIOS PODEM ATACAR NO XINGU

O novo diretor do Parque Indígena do Xingu deverá enfrentar um ataque dos índios Kaia pó contra as fazendas vizinhas ao parque, no mesmo estilo do ocorrido em 1980, quando os índios mataram 11 peões que trabalhavam no desmatamento da fazenda São Luis. A advertência foi feita ontem pelo diretor demissionário, Francisco de Assis da Silva, ao afirmar que os índios "estão cansados pela demora na demarcação dos 15 quilômetros entre o parque e as fazendas". (FSP - 23/2/83)

CACIQUES ESCOLHEM EM COLÉGIO ELEITORAL DIRETOR PARA XINGU

Um reduzido colégio eleitoral, formado por cinco caciques - Raoni, Krumare, Aritana, Afukaka e Kuiabano - representantes dos 2 mil 200 índios das 16 nações da comunidade xingüana, aprovou ontem na sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) a indicação do novo diretor do Parque Nacional do Xingu: o antropólogo Cláudio Romero, que substitui

rã o sertanista Francisco de Assis da Silva. Embora sendo candidato único, Romero teve o consenso dos índios do Xingu porque seu nome já vinha sendo mencionado no parque desde que seu antecessor manifestou o desejo de sair. O Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), embora sendo um Xavante, foi convidado para participar da solenidade, juntamente com o sertanista Orlando Villas-Boas. Cláudio Romero, ex-diretor do Projeto Xavante, e que ultimamente trabalhava junto aos índios Pataxó como assessor da presidência da Funai, assumirá o Parque Nacional do Xingu em 10 dias. Sua primeira tarefa será ampliar o atendimento médico aos índios. Segundo o cacique Krumare, de nação txucarramãe, no mês passado morreram cinco crianças, sendo uma no Posto Kretire, três no Diauarum e uma no Posto Leonardo Villas-Boas. O Deputado Mário Juruna, sempre tratado de V. Ex^a pelo Coronel Leal, ao discursar cumprimentou-o por ter chamado as lideranças xinguanas para a escolha do novo diretor e disse que espera a mesma atitude com outros grupos indígenas. Concluiu manifestando o desejo de que "um dia" todos os índios do Brasil possam escolher o presidente da Funai, e até "assumir a direção". O Coronel Paulo Moreira Leal disse que, além do problema de saúde, há três outros problemas que devem ser resolvidos: instalação de cantina nos três postos do parque, para evitar que os índios viagem para comprar roupas e mantimentos; criação de uma faixa de amortecimento entre as fazendas e o parque, na parte Norte, em virtude da BR-80; e a desativação de uma estrada da Fazenda Santa Rita, que corta uma parte do parque. Os fazendeiros, segundo ele, já estão cientes disso e concordam com a Funai. (JB - 24/2/83)

ÍNDIOS ATACAM E FEREM CHEFE DE POSTO NO PARÁ

Índios arredios da tribo dos Parakanã, que vivem na área de influência da Transamazônica, no Pará, feriram, na quarta-feira, gravemente, o chefe do posto de atração do rio Ipixuna. A Funai não sabe, ainda, o motivo do ataque, e determinou a ida do sertanista Sidney Possuelo à região. O sertanista, que já trabalhou em várias frentes de atração, deverá assumir o trabalho no posto Ipixuna e estudar a montagem de uma frente de atração para tentar entrar em contato com os índios responsáveis pelo ataque. Algumas aldeias de Parakanã foram contatadas no início da década passada, no começo dos trabalhos de abertura da rodovia Transamazônica. Um dos grupos foi, recentemente, transferido para outra aldeia, pois parte da reserva será inundada pelas águas da barragem de Tucuruí. Permanecem, no entanto, isolados na mata alguns grupos que não puderam ser contatados pela Funai. (ESP - 25/2/83)

DEMARCAÇÃO A NÍVEL INTERMINISTERIAL

O presidente da Funai disse ontem que o decreto presidencial estabelecendo nova sistemática para a demarcação de áreas indígenas "é um elemento valioso para garantir as terras dos índios", pois agora todas elas serão definidas a nível interministerial - Ministério do Interior e Ministério Extraordinário da Terra - saindo do âmbito de decisão da fundação. O presidente da Funai disse que já tem preparados projetos que permitirão a demarcação inicial de 70 áreas indígenas consideradas prioritárias. Para a realização desse trabalho, segundo ele, serão necessários Cr\$ 1,5 bilhão. (ESP - 25/2/83)

FUNAI COBRA DEVOLUÇÃO DE DIRETOR

Francisco de Assis Silva, ex-diretor do Parque Nacional do Xingu, nomeado esta semana para dirigir o Parque Indígena do Aripuana, em Rondônia, terá de devolver Cr\$ 297 mil 500 aos cofres da Fundação Nacional do Índio, conforme parecer do assistente da Procuradoria Geral da Funai, ao examinar sua prestação de contas no Xingu. (FSP - 26/2/83)

IGREJA

CNBB CONTRA PADRES CASADOS

O secretário-geral da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, disse ontem, a propósito das reivindicações apresentadas pelos padres casados que estiveram reunidos em Fortaleza, que o celibato na Igreja latina "é a expressão de uma dedicação integral ao ministério sacerdotal", acentuando que esta é uma lei eclesial vigente, através dos séculos, e que tem sido confirmada pelos últimos documentos da Igreja. Os padres casados querem o retorno de suas funções na Igreja, mas d. Luciano ressaltou que estes sacerdotes que pediram licença para exercer uma função temporal e familiar devem deixar o exercício do ministério sacerdotal. (ESP - 23/2/83)

GUERRA CIVIL E CLERO DIVIDIDO

A guerra civil de El Salvador e as divisões do clero deste país; as correntes "popular" e "institucional" da hierarquia católica da Nicarágua e os crescentes problemas entre Igreja e Estado na Guatemala são questões com as quais o papa João Paulo 2º se defrontará durante sua visita à América Central no próximo mês de março. El Salvador - O Vaticano esperava que fosse declarado um cessar-fogo entre o Exército e a guerrilha durante a visita papal, mas o próprio ministro da Defesa recusou a proposta - feita pelo arcebispo salvadorenho Arturo Rivera y Damas. Com o recrudescimento da guerra civil, o clero salvadorenho dividiu-se em dois: o setor progressista, favorável a negociações diretas entre o governo e os guerrilheiros, e o setor tradicional que se coloca ao lado do regime, rejeitando qualquer diálogo com os rebeldes. Nicarágua - Enquanto a "Igreja Popular" apóia a junta de governo nicaraguense, participando das organizações de base que tiveram um importante papel na consolidação do processo revolucionário sandinista, a Igreja tradicional é contrária à atuação política dos sacerdotes e tem denunciado as dificuldades que o regime impõe a sua ação pastoral. Guatemala - O presidente Efraim Rios Montt se verá numa situação embaraçosa diante do Papa uma vez que seu próprio irmão, bispo católico, se exilou devido às graves restrições a que a Igreja Católica vem sendo submetida. Protestante, o general Rios Montt entrou em atrito com a ultraconservadora hierarquia católica, liderada pelo arcebispo Mario Casariego. (FSP - 23/2/83)

PRISÃO PREOCUPA BISPOS POLONESES

A prisão do organizador de uma missa em homenagem aos dirigentes presos do proscriuto sindicato Solidariedade, quarta-feira, provocou preocupação entre os bispos católicos da Polônia. O incidente ocorreu em Katowice, no Sul do país, onde a polícia montou um grande aparato de segurança para impedir protestos das duas mil pessoas que compareceram ao ato religioso. Dois correspondentes estrangeiros foram detidos no interior da igreja, o que não aconteceu na Polônia nem mesmo durante o regime de lei marcial, o ano passado. Fontes da Igreja Católica disseram que a repressão à missa foi discutida no encontro encerrado ontem, em Varsóvia, pelos bispos poloneses. As mesmas fontes temem que o caso possa atrapalhar as negociações martidas atualmente pela Igreja e o governo sobre a visita do Papa ao país, prevista para junho. O organizador da missa, um dos organizadores do Solidariedade na região mineira da Silésia, foi preso ao deixar a igreja por dois policiais à paisana. (FSP - 25/2/83)

FENIP ORGANIZA PASTORAL DA TERRA

A Federação de Igrejas Presbiterianas (FENIP), através do Presbitério de Salvador, Bahia, criou a Comissão Evangélica dos Direitos da Terra (CEDITER), a fim de denunciar graves problemas fundiários existentes na região e propor soluções adequadas para fixar o homem no campo. (Aconteceu Evangélico - Janeiro - Nº 6)

READER'S DIGEST FAZ CAMPANHA CONTRA O CMI

A conhecida revista Seleções do Reader's Digest, norte-americana, está usando o CMI (Conselho Mundial de Igrejas) de promover a luta armada na América Latina. Segundo o Rev. Aharon Sapsezian, a matéria da revista, intitulada "Cristo ou Marx", faz parte de uma campanha de setores reacionários norte-americanos que, junto com outros interesses, tentam difamar o CMI e o movimento ecumênico. (Aconteceu Evangélico - Janeiro - Nº 6)

SEMANA DE ESTUDOS SOBRE ECUMENISMO

O Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular (CESEP) e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) promoverão nos dias 18 a 24 de abril de 83 uma Semana de Estudos sobre o Ecumenismo. A Semana visa aprofundar e divulgar os temas de estudo da VI Assembleia Mundial do Conselho Mundial de Igrejas. Para esta Semana estão sendo convidados alguns preletores de reconhecida militância no Movimento Ecumênico a níveis nacionais e internacionais. Concomitantemente procurar-se-á reproduzir a Semana também no Rio Grande do Sul. Maiores informações poderão ser obtidas no próprio CEDI em São Paulo ou pelo telefone (011) 66-7273. (Aconteceu Evangélico - Janeiro - Nº 6)

RACISMO E IGREJA REFORMADA

A Aliança Mundial de Igrejas Presbiterianas e Reformadas, que encerrou seu Concílio Geral na capital do Canadá, foi profundamente marcada pelas tensões raciais ainda existentes, especialmente na África do Sul. Onze representantes sul-africanos - nove negros e dois brancos - recusaram-se a receber o sacramento da eucaristia do culto de abertura da assembleia, para assinalar o seu protesto em relação à presença na congregação, de delegados de duas igrejas de brancos, favoráveis ao "Apartheid". Foi proposta a suspensão das duas Igrejas até que revejam suas posições quanto as questões raciais. (Aconteceu Evangélico - Janeiro - Nº 6)

LUTERANOS ARGENTINOS CONDENAM VIOLÊNCIA

O presidente da Igreja Evangélica Luterana Unida, da Argentina, IELU, Raul Denúncio, divulgou, durante a reunião de presidentes das Igrejas da América Latina, uma carta da 35ª Assembleia Geral de sua instituição, condenando a violência naquele País. Em forma de declaração, a carta pede "firmemente justiça para que termine a violência e o encobrimento da verdade". Isto pedem "às autoridades argentinas que devolvam todos os esforços para o esclarecimento e condeação de atos criminosos e de intimidação de qualquer natureza". Proclama que a igreja apoia a "todos os esforços em prol da democracia na Argentina". (Aconteceu Evangélico - Janeiro - Nº 6)

POLÍTICA NACIONAL

GOVERNO ADMITE NEGOCIAR LEI SALARIAL

O governo admitiu durante a reunião do Conselho Político - da qual participaram dois ministros de Estado e cinco dirigentes do PDS - a reformulação do decreto-lei que se encontra no Congresso, que alterou a política salarial, eliminando o adicional de 10% sobre o INPC, nos reajustes de salários dos trabalhadores que percebem até três salários mínimos. Informação nesse sentido foi prestada onter., informalmente, por um dos participantes da reunião do Conselho Político. De acordo com o informante, não haveria "um recuo completo do governo, mas, através do artifício da promoção de amplo debate em torno da matéria, no Congresso, preparar-se-ia o terreno visando à institui-

ção de uma nova política de salários, em bases menos casuísticas". Oficialmente, contudo, o interesse governamental em torno do decreto-lei persiste e a mensagem que o encaminhou ao Legislativo só deverá ser lida em abril ou maio, para votação em agosto ou setembro. "Até lá, portanto - explicou o informante - muita água passará debaixo da ponte e o decreto-lei poderá comportar mudanças." (ESP - 24/2/83)

PT NÃO DESISTIRÁ DA C.P.I. SOBRE SNI

Apesar da indiferença do PMDB e da hostilidade do PDS, a liderança do PT na Câmara pretende levar adiante o plano de procurar investigar as atividades do Serviço Nacional de Informações, não só pela via parlamentar, mas também junto ao Tribunal de Contas da União, se possível. O líder do PT está estudando a legislação para verificar o processo de exame das contas do SNI pelo Tribunal de Contas da União. Ele assegurou que até o início da próxima semana terá conseguido o número regimental de assinaturas - 160 - para formalizar o pedido de criação da CPI, para investigar as atividades do SNI e o envolvimento da revista O Cruzeiro na Capemi. Airton anunciou que o primeiro signatário da CPI sobre o SNI será o secretário-geral do PMDB, deputado Francisco Pinto (BA). Airton Soares compreendeu a atitude do líder do PMDB, Freitas Nobre, de não assinar o requerimento, mesmo tendo liberado a bancada para apoiar ou não. Informalmente, porém, não só Freitas Nobre como o 1º vice-líder do PMDB, Egídio Ferreira Lima (PE), não acreditam na viabilidade da proposta do PT. Por sua vez, o deputado Amaury Müller (PDT-RS) defendeu a liberação dos 23 integrantes da bancada do PDT na Câmara para que cada um adote a posição que quiser diante da CPI para investigar o caso Baumgarten. Depois de lembrar que o governador Leonel Brizola admite uma CPI para investigar o SNI, mas não uma específica sobre o caso Baumgarten, por acreditar que não seria permitida uma devassa geral naquele órgão. Müller informou que assinará o pedido de constituição da comissão embora não aposte na sua eficácia. O PTB, por seu lado, deverá ficar contra a CPI, segundo a expectativa do deputado Francisco Studart (RJ), para quem nenhum integrante da bancada deverá assinar o pedido de constituição: "Não assinarei, por entender que não se pode promover um caso policial a caso político". (ESP - 25/2/83)

POLÍCIA DESISTE DE ENCONTRAR O ASSASSINO

A primeira parte do inquérito policial que investiga a morte de Alexandre von Baumgarten está praticamente encerrada e os autos deverão ser encaminhados à Justiça na próxima semana. A decisão de antecipar o encaminhamento do inquérito à Justiça foi uma iniciativa do próprio delegado João Kepler Fontenele, sob alegação de que entrará de férias no dia 5 de março e não queria deixar essa "batata quente" nas mãos do seu substituto. "Só a História, um dia, é que poderá descobrir os verdadeiros responsáveis por esse crime", profetizou Fontenele aos repórteres. Por outro lado, a não anexação e o desconhecimento do dossiê do ex-diretor de O Cruzeiro foram qualificados pelo criminalista Artur Lavigne, contratado pela família Baumgarten, como "um escândalo paralelo ao do assassinato do jornalista". Lavigne sustentou que a sua não inclusão nos autos representa "um ato acintoso de descumprimento da lei que regula o inquérito como instituto jurídico". O criminalista, que é conselheiro da OAB, informou ao delegado Fontenele que o artigo 221 do Código de Processo Penal confere ao responsável pela investigação, inclusive, poderes para inquirir ministros de Estado e seus auxiliares imediatos, como o ministro-chefe do SNI, general Octávio Medeiros, e o chefe da Agência Central do SNI em Brasília, general Newton Cruz. (ESP - 25/2/83)

POBRE PODE ESCOLHER ADVOGADO CARO

Pobre não mais precisa procurar a Defensoria Pública para defender seus direitos em Juízo- Pode indicar o advogado de sua confiança, que solicitará o benefício da Justiça gratuita. O novo Corregedor da Justiça, Desembargador Décio Cretton, anulou parecer normativo do seu antecessor, devolvendo esse direito aos necessitados. Antes, os que não podiam pagar advogados ficavam horas nas filas da Defensoria Pública, onde eram atendidos por estagiários. (JB - 25/2/83)

DIRETOR DEIXA O IBGE PARA NÃO MANIPULAR INPC

O diretor técnico do IBGE, Marco Antônio de Souza Aguiar, demitiu-se ontem, por não concordar com a manipulação do sistema de cálculo do INPC, que serve para determinar os reajustes semestrais de salários. A decisão de modificar a sistemática de cálculo do INPC, segundo denúncia de Aguiar, foi tomada em Brasília, numa reunião dos técnicos do IBGE com o ministro do Planejamento, Delfim Neto, e sua assessoria econômica, no dia 19 de fevereiro. Aguiar diz que foi contra a medida, até que, no último dia 17, recebeu uma carta assinada pelo próprio presidente do IBGE, Jessé Montello, ordenando a manipulação. No seu pedido de demissão Aguiar diz que a manipulação levará "à invalidade e descrédito do índice e, em consequência, do próprio IBGE, que deveria, por motivos óbvios, estar a salvo de injunções políticas". (ESP - 26/2/83)

GOVERNO TENTA DESDE 81 MANIPULAR INPC

A alteração no cálculo do INPC, determinada pelo ministro Delfim Netto e ordenada pelo presidente do IBGE, Jessé Montello, ao diretor técnico do instituto, Marco Antônio de Souza Aguiar - que não concordou com a manipulação e demitiu-se do cargo -, tinha o objetivo de reduzir os reajustes salariais. Foi o que revelou ontem o próprio Aguiar. Outra revelação dele: as pressões para a diminuição do INPC são antigas. Começaram em 1981, quando se tentou neutralizar os efeitos do aumento de energia, e tornam-se mais intensas toda vez que o indicador superava o índice de custo de vida da Fundação Getúlio Vargas. Mais dois técnicos do IBGE pediram demissão, seguindo Aguiar. (ESP - 26/2/83)

NA CAPEMI, DESVIO DE US\$ 10 MILHÕES

Articulada desde a preparação da concorrência para exploração da madeira da floresta de Tucuruí, em 1980, uma gigantesca operação de desvio de recursos da Agropecuária Capemi beneficiou em menos de dois anos, numa soma equivalente a no mínimo US\$ 10 milhões, um grupo de pessoas agindo em nome do SNI (Serviço Nacional de Informações) ou com sua cobertura, entre as quais quatro que têm relações de parentesco com o general Newton Cruz, chefe da Agência Central deste órgão. Contratos assinados entre a Agropecuária e diferentes empresas, com evidente má fé, relacionam como elementos essenciais da operação o antigo diretor-gerente da Agropecuária Capemi, Fernando Pessoa, signatário de quase todos eles; Antônio Mourão Abissâmara, beneficiário de mais de US\$ 3 milhões só em três contratos e que usou parte do dinheiro para comprar de Alexandre von Baumgarten a revista "O Cruzeiro"; e Roberto Amaral, antigo colega de Abissâmara no IEDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e coordenador, ainda hoje, do Projeto Tucuruí, pelo Ministério da Agricultura. Cúmplice provavelmente involuntário da operação, o presidente do Sistema Capemi, general Ademar Messias de Aragão, foi quem também deu o passo decisivo para desmontá-la, ao demitir Pessoa, em maio do ano passado. O sucessor de Pessoa como superintendente da Agropecuária, coronel Ivani Henrique da Silva, promoveu a rescisão de vários contratos e tentou recolocar nos eixos, depois dos descalabros iniciais, o empreendimento de Tucuruí, mas até

~~o momento esbarra na completa indisposição do coordenador Amaral, que agora pretende deslocar a empresa do projeto. (FSP - 27/2/83)~~

CARTA DO LECTOR

CARTA ABERTA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, GENERAL FIGUEIREDO

Exmo. Sr. Presidente da República,
General João Baptista Figueiredo
Excelência:

A classe trabalhadora brasileira não pode mais arcar com os erros e pela irresponsabilidade dos patrões e de seu governo. Nós somos os únicos que ficamos com os prejuízos, enquanto poucos (sustentados por um regime de força, que nos suprime quando usamos de direito de greve para alcançar nossas reivindicações) usufruem da riqueza criada pelo nosso trabalho. Presidente, hoje o senhor visita São Paulo e aqui estará em contato com os setores do empresariado e banqueiros, para tratar de assuntos de interesse do poder dominante. Certamente, trabalhador não consta dessa agenda. Porém, o fato não surpreende nenhum trabalhador. Entretanto, Excelência, não estamos omissos a nada. Os trabalhadores e todo o povo explorado acompanha atentamente pelos meios de comunicação a entrega do País ao FMI. Estamos atentos às manipulações em nossos salários, achatados mais ainda com a recente maxidesvalorização do cruzeiro. Estamos atentos às fraudes nos números do desemprego (hoje em 20% na área metropolitana) pelo IBGE, e que poderá ser transferido para Brasília, para esconder a verdade a nossa classe. Acompanhamos bem de perto a desnacionalização da economia brasileira, infelizmente, cada vez mais nas mãos do imperialismo. E como se não bastasse tudo isso, senhor Presidente, assistimos o País mergulhar de vez no lamaçal da corrupção e dos escândalos, diariamente noticiados pela imprensa, como os casos Delfin e BNH, Baumgarten e SNI, Capemi, Caixa Econômica e tantos outros. Mas o maior escândalo é o do achatamento salarial. O senhor baixou Decreto de nº 2.012, alterando para bem pior os mecanismos de reajustes salariais. Propositadamente, provocaram um arrombamento em nossos bolsos. Os tecnocratas que o assessoram, e com a sua permissão, "deram um jeito" e acabaram jogando sobre nossas costas o ônus da crise do capitalismo. Não fomos nós assalariados que criamos a crise e por isso não podemos pagar pelas dívidas interna e externa e pelas anunciadas traições do povo brasileiro. Mas fomos nós, senhor Presidente, que criamos a riqueza que nos é roubada pelo imperialismo, pelos banqueiros e empresários nacionais. E por essa riqueza nós estamos lutando diariamente, sofrendo todo tipo de opressão, avançando a nossa organização e construindo a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, para traçarmos uma luta mais geral, em defesa das reivindicações da classe trabalhadora. E já estamos passando um abaixo-assinado em todo o País, e iremos entregá-lo em Brasília no próximo dia 22 de março. Saudações Sindicataristas. (Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores - representantes de SP; Comissão Sindical Pró-CUT - Central Única dos Trabalhadores - no Estado de SP - São Paulo, 23 de fevereiro de 1983)

PEDIDA A APURAÇÃO DO ASSASSINATO DE SINDICALISTA GOLIANO

Companheiros:

Estamos comunicando o envolvimento no assassinato do Companheiro Leopoldino Inácio da Abadia, ocorrido no dia 6 de fevereiro último. Tudo indica que o mesmo foi mandado pelo Ex-Delegado da Polícia do Distrito de Senador Canedo, Sr. Luis Lima de Amaral (Luizão). Leopoldino foi assassinado na Casa do Companheiro Raul da Silva Paiva, quando participava junto com mais 10 companheiros de uma Reunião de Fundação da Delegacia Sindical da Região da Mata feia. Leopoldino foi assassinado friamente por Nilson Davi Severino, que segundo as testemunhas, recebeu 500 mil cruzeiros do Ex-Delegado Luis Lima de

Amaral do Distrito de Senador Canedo, que depois de apunhalar Leopoldino, foi preso e amarrado pelos companheiros presentes, para ser entregue à Polícia de Bela Vista, mas devido a demora da chegada da mesma ao local, o assassino Nilson foi solto pelo seu pai, que quando os companheiros procuravam dar socorro a Leopoldino que ainda se achava vivo. Devido ao desinteresse das autoridades, e a insegurança que se encontra os familiares e demais companheiros que testemunharam e denunciaram o fato ao jornal, estamos pedindo aos companheiros que enviem seus protestos de repúdio, para que as autoridades tomem as devidas providências e faça valer a Justiça. Pedimos que enviem seus protestos para o Delegado de Bela Vista, Dr. Levi J. de Carvalho. Saudações Sindicais. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista de Goiás - 11/2/83)

ÚLTIMA PÁGINA

A GUERRILHA ISOLADA NO PERU

Um dos dados trágicos da guerrilha no Peru são os confrontos cada vez mais sangrentos entre camponeses e guerrilheiros. Um deputado aprista pelo Departamento de Ayacucho, Carlos Capeletti, diz que no início a organização Sendero Luminoso conseguiu apoio em "algumas" comunidades camponesas, "por convicção ou medo". Mas esse pouco apoio foi substituído por um ódio quase generalizado que cobre de sangue os altos de Ayacucho, "rincon de los muertos" em língua nativa. O Peru já viveu a tragédia da guerrilha nos anos 60. O desfecho foi uma ditadura militar de 12 anos. Depois de hesitações, afinal ultrapassadas diante do grau de violência na região serrana, o presidente Belaunde Terry acabou autorizando a intervenção de forças militares em Ayacucho. Como nos anos 60 a questão deixou de ser tratada como meramente "policial" e assumiu o caráter de "guerra interna", cuja maior vítima pode vir a ser outra vez a tênue democracia peruana. O PC peruano tinha como "slogan" a expressão "Por el sendero luminoso de Mariategui". Ou pelo caminho iluminado da redenção de Mariategui, o grande teórico de um comunismo com raízes nativas. Com o nome de Sendero Luminoso grupos peruanos dispostos à ação direta, à luta armada, lançaram-se em atos terroristas a partir da posse em julho de 80, depois de 12 anos de ditadura, do presidente Belaunde Terry. Os fortes traços de uma "burguesia radicalizada" podem ser vistos na própria liderança do movimento, fundado e conduzido por Abimael Guzman, o "Camarada Gonzalo", professor de Filosofia. Numa das prisões de senderistas, dos sete detidos seis foram identificados como professores e membros de um dos sindicatos mais radicais do Peru, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Peru ou Sutep. Não se trata, portanto, de um sindicato operário, mas de intelectuais. Isso explica o grau de "intelectualismo" do Sendero Luminoso. Alguns de seus membros, presos na ilha de San Lorenzo, em frente a Lima, o Alcatraz peruano, afirmaram para a revista "Caretas" que a meta é reformar o marxismo-leninismo". A luta armada pelo poder, disseram, tem cinco fases "e o nosso movimento é o farol da revolução mundial". Mas ainda, disseram que Camarada Gonzalo sintetizou as leis da dialética numa só, a contradição na economia, e descobriu o desenvolvimento do "capitalismo burocrático de base feudal", explicam declarando que são eles os detentores da "ideologia correta". Que ideologia é essa? Marxista-leninista-maoísta-pensamento guia do Camarada Gonzalo, "uma verdadeira Igreja Vermelha", escreve "Caretas", tendo como papa um professor, Abimael Guzman, hoje em armas matando a torto e a direito. Em nome da revolução. Mas o papa Guzman descobre na prática que a realidade pode não ajustar-se à sua dialética sintetizada. Os camponeses que ele promete "libertar" ou colaboram com as forças de segurança ou se lançam eles próprios na luta contra o Sendero Luminoso. Há pouco, de acordo com o jornal "Última Hora", de Lima, 30 senderistas e 20 camponeses morreram num confronto armado. "Confronto brutal", diz o jornal. O local do combate foi o povoado de Huayilaura, em Ayacucho, até agora considerado um baluarte do Sendero Luminoso. A reportagem informa que os camponeses estavam com oito fuzis, quatro metralhadoras e pedaços de pau. Os senderistas percorrem comunidades camponesas à procura de medicamentos e comida, mas os moradores locais se mostram cada vez mais hostis a eles. Aí está uma contradição com a qual Guzman não

contava e uma tragédia que enluta a serra peruana. O luto vai cobrindo todo o Peru e pode terminar afogando em sangue o regime democrático de menos de três anos. A esquerda legal do Peru, com boa representação parlamentar e amplo controle de municipalidade, começa a lamentar-se. Ela será provavelmente a primeira vítima política dessa tragédia, de uma esquerda extremada empurrando ela própria e o Peru para o abismo. (FSP - 26/2/83)

A ÉTICA DOS ECONOMISTAS DEFENDIDA

O presidente João Batista Figueiredo, deveria ordenar ao presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Planejamento que não aceitasse o pedido de demissão formulado pelo diretor técnico, Marco Antônio de Souza Aguiar, e pelo economista responsável pelo cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, Antônio Barros de Castro, na tarde de ontem. Estes dois técnicos solicitaram demissão por não terem aceito modificar a metodologia de cálculo do INPC, de modo a baixar a sua variação em relação à realidade, como lhes havia solicitado o Ministro do Planejamento e o próprio presidente do IBGE, Jessé Montello. Os economistas, ao se recusarem a fazer uma incorreta modificação no índice, agiram com dignidade, defenderam a profissão que exercem de economistas e de estatísticos e preservaram os interesses dos trabalhadores. Pois os assalariados seriam os maiores prejudicados com a feitura de um índice que não refletiria a realidade do aumento no custo de vida. Por exemplo, se o ministro achasse que 10% registrados na variação do custo de vida era um resultado muito alto, algum mecanismo técnico deveria ser inventado para que só fosse registrado 8%. Em consequência, a variação dos salários, decorrente da variação do INPC, seria também menor. E o poder aquisitivo dos assalariados progressivamente diminuído. Seria de bom-senso, por outro lado, esperar que o chefe da Nação demitisse os que ordenaram aos técnicos que modificassem de maneira falsa, embora procurando "uma justificativa técnica", o índice de preços. Não é a primeira vez que o ministro Antônio Delfim Neto procura limitar o crescimento dos salários através de manipulação do índice do custo de vida. Já o fez em 1973, quando, dentre outras coisas, como confirmou, em depoimento no Congresso Nacional, o próprio economista responsável pelo índice de custo de vida da Fundação Getúlio Vargas, Julien Chacel, solicitou que fossem considerados apenas os preços tabelados, e não os preços efetivamente observados no mercado. A diferença entre o episódio de 1973 e o de agora é que só viemos a saber do ocorrido naquela época - embora houvesse fortes indícios e desconfiança - em 1977, quando Paulo Francis mandou para a "Folha" o relatório do FMI onde se observava que aquele órgão não aceitava a taxa de inflação oficial para 1973. Em vez de 13%, o FMI estimava que havia sido de 20%. Pouco tempo depois, a própria FGV, quatro anos depois do devido, alterava a sua estimativa do deflator implícito de 1973. Portanto, a opinião pública só veio a saber do fato depois do mal ter sido feito, uma minoria ter sido beneficiada e os trabalhadores enganados. Agora, Marco Antônio de Souza Aguiar e Antônio Barros de Castro agiram com coragem fazendo aquilo que Julien Chacel deveria ter feito em 1973. Estejam certos de que têm o reconhecimento e o respeito da maior parte dos economistas e do povo brasileiro. (FSP - 26/2/83)